Município de Novo Horizonte - SC

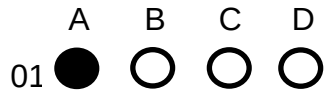
Concurso Público 001/2018

Prova objetiva escrita para o cargo de:

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

1. A Prova terá duração de 03 (três) horas, com horário previsto para o início as 09h00min e término às 12h00min.
2. O tempo gasto pelo Fiscal para as orientações gerais será descontado, iniciando-se a partir do momento em que o mesmo autorizar o inicio da realização da prova.
3. Esta prova contém 30 (trinta) questões objetivas, cada uma com 04 (quatro) alternativas, sendo apenas uma a correta.
4. Leia atentamente todas as questões assinale a alternativa que achar que esteja correta e passe para o cartão resposta, o qual possui sua identificação e a identificação por código de barras o qual você deverá opor a sua assinatura.
5. O caderno de provas é o seu rascunho, pode utilizá-lo para isso.
6. A marcação no cartão resposta deve-se dar com caneta esferográfica da seguinte maneira:
   Você deverá marcar a sua alternativa correta como no exemplo abaixo:



   - preenchimento correto.
   Não serão aceitos outros tipos de marcações, pois a correção será realizada por leitura óptica.
7. O cartão resposta é o único documento que comprova as respostas corretas.
8. Se durante a prova necessite ir ao banheiro, chame o fiscal, levantando uma das mãos. Lembre-se que você só poderá sair da sala após 01 (uma) hora do inicio da prova.
9. Qualquer dúvida ou reclamação relativamente a alguma questão, você poderá utilizar o formulário de recurso anexo ao Edital do Concurso Público 001/2018.
10. Boa prova.
11. Com auxilio do fiscal destaque, se desejar, o rascunho do seu cartão resposta.
12. Para levar o caderno de prova você deve permanecer na sala no mínimo até às 11h00min.

.....

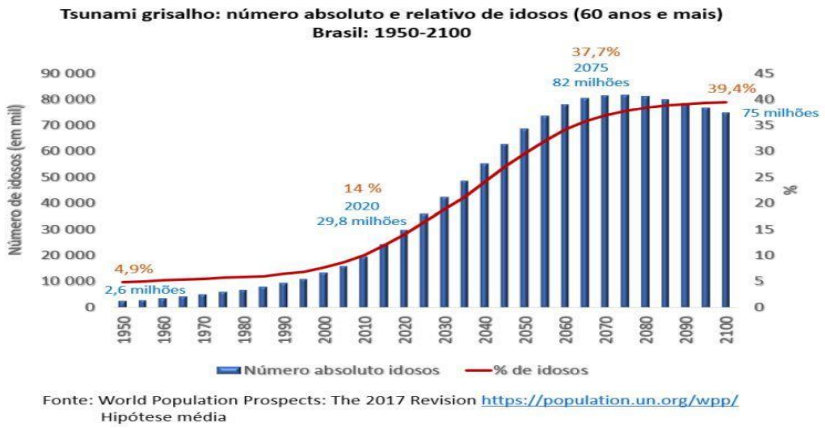
Concurso Público Município de Novo Horizonte - SC

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Conhecimentos Gerais

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 03.

O envelhecimento populacional no Brasil



Fonte: World Population Prospects: The 2017 Revision https://population.un.org/wpp/
Hipótese média

O Brasil está passando por um forte e rápido processo de envelhecimento populacional. A estrutura etária brasileira rompeu com séculos de estabilidade, após o início da queda da taxa de fecundidade, no final da década de 1970. A cada ano, diminui a base da pirâmide e aumenta o número absoluto e a proporção de idosos na população.

No dia 22 de novembro de 2018, fiz uma exposição sobre "O envelhecimento populacional no Brasil", no II Congresso Nacional de Envelhecimento Humano, em Curitiba.

O gráfico resume os valores absolutos e relativos do envelhecimento populacional brasileiro. Nota-se que, em 1950, havia 2,6 milhões de idosos (com 60 anos e mais), representando 4,9% da população total. Este número deu um salto para 29,8 milhões em 2020 (representando 14% do total populacional). O número absoluto de idosos vai dobrar nas próximas duas décadas e deve alcançar 60 milhões de idosos entre 2040 e 2045.

A população brasileira vai atingir o pico populacional em 2047, com 233 milhões de habitantes, iniciando uma fase de decrescimento no restante do século. Mas a quantidade de idosos vai continuar crescendo até 2075, quando atingirá o pico de 82 milhões de idosos de 60 anos e mais. Segundo as projeções da ONU (que são muito parecidas com as projeções do IBGE), o número de idosos no Brasil será em torno de 75 milhões em 2100.

Para garantir qualidade de vida para a população brasileira envelhecida, é preciso aproveitar o 1º bônus demográfico (que vai até 2037) e, especialmente, garantir o 2º bônus demográfico, que não tem prazo de validade, mas depende do aumento das taxas de poupança e investimento e do aumento geral da produtividade da economia.

As políticas públicas não podem focar apenas os idosos, pois seria impossível manter uma boa qualidade de vida para a Terceira Idade, sem grandes investimentos também nas crianças, nos jovens e nos adultos em idade de trabalhar. O investimento em saúde, educação e no "Pleno emprego e trabalho decente" é fundamental para garantir a solidariedade intergeracional.

Bônus demográfico é o fenômeno que ocorre quando um país tem uma quantidade de pessoas em idade economicamente produtiva maior do que a parcela de pessoas em idade não produtiva, como idosos e crianças.

José Eustáquio Diniz Alves - *Colunista do Portal EcoDebate, Doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE; Apresenta seus pontos de vista em caráter pessoal.*

(Fonte:https://www.ecodebate.com.br/2019/01/04/o-envelhecimento-populacional-no-brasil-jose-eustaquio-diniz-alves/ - *Texto adaptado).*

01- Analisando as principais características do texto lido, podemos dizer que seu gênero predominante é:

a) Crônica.
b) Artigo.
c) Conto.
d) Relato.

02- "Mas a quantidade de idosos vai continuar crescendo até 2075, quando atingirá o pico de 82 milhões de idosos de 60 anos e mais." 4º§.
Assinale a alternativa que não apresenta conectivo adversativo como o destacado nessa frase.

a) Contudo.
b) Entretanto.
c) No entanto.
d) Conquanto.

03- A acentuação gráfica não obedeceu às regras do Novo Acordo Ortográfico em:

a) Eles crêem em melhores projeções para o envelhecimento populacional.
b) Os políticos intervêm com políticas públicas focadas na qualidade de vida dos idosos.
c) Vou pôr o livro sobre a mesa.
d) As projeções da ONU e do IBGE mantêm as mesmas tendências.

04- O mesmo processo de formação da palavra "envelhecer" é observado em:

a) Infelizmente.
b) Descrer.
c) Emudecer.
d) Felizmente.

05- Assinale a alternativa que apresenta uma função quadrática que tangência o eixo das abcissas:

a) $f(x) = x^2 - 2x + 5$.
b) $f(x) = -x^2 + 2x - 1$.
c) $f(x) = x^2 - 5x$.
d) $f(x) = -x^2 + 4x - 3$.

06- Dada a equação $\frac{2x+1}{6} - \frac{4x-2}{9} = \frac{5}{6}$, é correto afirmar que:

a) $-2x = -4$.
b) $-x = -4$.
c) $-2x = 8$.
d) $3x = 12$.

07- Se *m* é o dobro do menor número inteiro pertence ao conjunto solução da desigualdade $-(7x - 4) + 11 < 5x - 9$, então é possível afirmar que:

a) O dobro de *m* é 6.
b) O dobro de *m* é 12.
c) A metade de *m* é 6.
d) A quinta parte de *m* é 5.

08- Dadas as funções exponenciais $f(x) = 3^{x^2-4}$ e $g(x) = 9^{x^2-2x}$, assinale a alternativa que contenha o valor de *x* quando $f(x) = g(x)$?

a) Um número par e primo.
b) Um número ímpar e primo.
c) Um número par e não primo.
d) Um número ímpar e não primo.

09- Os §§ 2º e 3º do artigo 1º da Lei Orgânica do Município de Novo Horizonte – SC tratam dos princípios e dos fundamentos da Administração Pública Municipal, direta, indireta e fundacional, respectivamente. Abaixo marque V para as afirmativas Verdadeiras e F para as Falsas, em seguida assinale a sequência correta:

( )I - A Impessoalidade é um fundamento.
( )II - O planejamento é um princípio.
( )III - A coordenação é um princípio.
( )IV - A fiscalização é um fundamento.

a) V – V – V – F.
b) F – F – F – V.
c) V – F – F – V.
d) F – V – V – F.

10- Conforme artigo 20 da Lei Orgânica de Novo Horizonte – SC, ao servidor público municipal da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: assinale a correta:

a) I - tratando-se de mandato Estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função podendo receber ambas as remunerações.
b) II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedada optar pela remuneração de servidor efetivo.
c) III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.
d) IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.

Conhecimentos Específicos

11- A Constituição Federal de 1988 poderá ser emendada, exceto:

a) Mediante proposta de um quarto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
b) Mediante proposta do Presidente da República.
c) Mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
d) Mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.

12- Observado o texto constitucional vigente, não será objeto de debate, propostas de emenda constitucional que tendem a abolir, exceto:

a) A forma federativa de Estado.
b) A união dos poderes.
c) O voto direto, secreto, universal e periódico.
d) Os direitos e garantias individuais.

13- Danilo, servidor público municipal, busca ser mais ágil na utilização do sistema operacional Windows 10. Ao pressionar as teclas de atalho “CTRL” + “SHIFT” + “ESC”, qual aplicação aparecerá na tela do computador para Danilo?

a) CMD.
b) Painel de Controle.
c) Gerenciador de Tarefas.
d) Opção de reiniciar ou desligar o equipamento.

14- Sobre os Direitos Políticos, observado a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa errada. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção:

a) Do Presidente da República e do Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal.
b) De Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal.
c) De Prefeitos.
d) Do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito, salvo de quem os haja substituído dentro dos oito meses anteriores ao pleito.

15- São legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:

a) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional ou estadual.
b) A Mesa do Senado Federal e a Mesa de assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
c) O Governador de Estado ou do Distrito Federal e o Procurador-Geral da República.
d) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional e partido político com representação no Congresso Nacional.

16- As compras conforme a lei 8666/93 , consolidada sempre que possível, deverão:

a) Submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor público.
b) Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.
c) Evitar sua divisão em parcelas para evitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade.
d) Balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Privada.

17- Um prédio em que está instalado, e em funcionamento, um hospital público, para atendimento médico gratuito da população e uma determinada praça pública da cidade, são:

a) Ambos bens públicos comum do povo.
b) Ambos Patrimônio Administrativo Indisponível.
c) Bem público de uso especial e bem público de uso comum do povo, respectivamente.
d) Bem público de patrimônio Disponível e de uso especial, respectivamente.

18- Dentre as modalidades de licitações, observado os parâmetros da lei 8666/93, assinale a alternativa que indique corretamente a licitação que é realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. O exposto acima se trata da modalidade de licitação:

a) Convite.
b) Tomada de preço.
c) Concorrência.
d) Concurso.

19- São princípios institucionais do Ministério Público Estadual:

a) A unidade, a inviabilidade e a universalidade.
b) A unidade, dependência funcional e inviabilidade.
c) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
d) A unidade, a funcionalidade e a dependência funcional.

20- A Lei 10.520/2002, que trata da modalidade de licitação Pregão e estabelece que o prazo de validade das propostas seja de:

a) 45 (quarenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.
b) 50 (cinquenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.
c) 55 (cinquenta e cinco) dias, se outro não estiver fixado no edital.
d) 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

21- A Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, normatiza que não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

a) Que tenha sócio estrangeiro.
b) Cujo capital não participe de entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
c) Que possua credito com instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ou com as Fazendas Públicas Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa.
d) Que exerça atividade de produção ou venda no atacado de refrigerantes.

22- A exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte, dar-se-á:

a) Por opção.
b) Facultativamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas na No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o caput deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.
c) Obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de final de atividade, o limite proporcional de receita liquida de que trata a Lei Complementar 123/2006.
d) Facultativamente, quando antecede, no ano-calendário, o limite de receita liquida previsto no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), quando estiver no ano-calendário de início de atividade.

23- De acordo com o estabelecido na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), no que tange ao contrato individual de Trabalho, assinale a alternativa correta.

a) A contratação do autônomo, independendo do cumprimento por este todas as formalidades legais, sem exclusividade, de forma contínua, afasta a qualidade de empregado prevista na CLT em seu art. 3º.
b) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, e entre estes e os tomadores de serviços daquela.
c) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 12 (doze) meses no mesmo tipo de atividade.
d) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.

24- O decreto-lei nº 5.452 de 1943 normatiza que é lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas. Assinale a alternativa que represente uma das prerrogativas dos sindicatos.

a) Impor contribuições a todos àqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.
b) Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses individuais ou gerais de qualquer categoria ou profissão liberal ou interesses individuais relativos á atividade ou profissão pretendida.
c) Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.
d) Manter serviços de assistência judiciária para os associados.

25- O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dentro das previsões constitucionais, exerce, na forma da lei:

a) A supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de segundo grau, funcionando como órgão auxiliar do sistema, e suas decisões terão efeito vinculante.
b) A supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, funcionando como órgão central do sistema, e suas decisões terão efeito vinculante.
c) A supervisão administrativa e patrimonial da Justiça do Trabalho segundo grau, funcionando como órgão auxiliar do sistema, e suas decisões terão efeito vinculante.
d) A supervisão dos atos jurídicos da Justiça do Trabalho de primeiro e supervisão administrativa do segundo grau, funcionando como órgão central do sistema.

26- Um Estado Membro da Federação atribuiu função de arrecadar tributos de sua competência a determinado ente privado. Na situação exposta, respeitado o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

a) O ato será legal, porque se admite a transferência de atribuições orçamentárias e financeiras para entidade privada.
b) O ato será ilegal. A delegação de competência em matéria tributária é limitada as funções de fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

c) O ato será legal, e a atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
d) O ato será ilegal, constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

27- Determinado município cobra impostos sobre papel destinado exclusivamente à impressão de jornais vinculados a empresa privada, sem qualquer vínculo com a prefeitura do referido município. Assinale a alternativa correta.

a) O ato do município é legal, é permitida a cobrança desde que não seja empresa privada vinculada a partidos políticos.
b) O ato do município é ilegal, é vedado ao município cobrar impostos sobre serviços e/ou patrimônios, de qualquer natureza, de empresas cujo produto fim seja a propagação de informações.
c) O ato do município é legal, é permitido ao município cobrar impostos sobre papel destinado exclusivamente à impressões de jornais, desde que não sejam oriundos ou destinados a templos de qualquer culto.
d) O ato do município é ilegal. É vedado ao município cobrar impostos sobre papel destinado exclusivamente à impressões de jornais.

28- Assinale a alternativa correta, quanto à obrigação tributária, de acordo com o CTN.

a) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
b) A obrigação acessória decorre da ocorrência do fato gerador, tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no CTN.
c) A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto o pagamento de tributos, no interesse da fiscalização dos tributos.
d) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento de tributo ou penalidade e extingue-se juntamente com o credito dela decorrente.

29- Assinale a alternativa que não apresenta fato que suspenda a exigibilidade do crédito tributário de acordo com o CTN.

a) Moratória.
b) O parcelamento.
c) As causa de suspensão de exigibilidade do crédito tributário, elencadas no art. 151 do CTN, Dispensa o cumprimento das obrigações assessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.
d) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

30- O Novo Código de Processo Civil, Lei nº13.105, de 2015, normatiza que o Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social e litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana. Já nos casos de intervenção em processos que envolvam interesse de incapaz, o Ministério Público:

a) Terá 15 (quinze) dias para intervir como fiscal da ordem jurídica.
b) Terá 20 (vinte) dias para intervir como fiscal da ordem jurídica.
c) Terá 25 (vinte e cinco) dias para intervir como fiscal da ordem jurídica.
d) Terá 30 (trinta) dias para intervir como fiscal da ordem jurídica.